



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

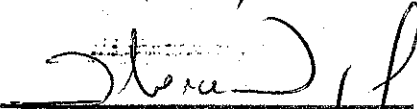
MENSAGEM Nº 14 IGG

Teresina (PI), 03 de ABRIL de 2018.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 04/04/2018


1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Tenho a satisfação de dirigir-me as Vossas Excelências para que seja submetido à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que **"Autoriza a concessão mensal de auxílio-alimentação aos trabalhadores em educação básica do estado do Piauí e dá outras providências."**

O objetivo deste Projeto de Lei é autorizar a concessão mensal de auxílio-alimentação aos trabalhadores em educação básica do estado do Piauí, nos termos e em conformidade com acordo firmado com a categoria.

Dessa forma, em virtude da importância da matéria, solicito aos membros dessa Augusta Casa a sua apreciação, confiando, pelas razões expostas, na aprovação do Projeto de Lei que ora submeto à superior consideração desse egrégio Poder Legislativo.


JOSÉ WELINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí

RECEBI EM 04/04/18

Sec. Geral da Mesa


Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa

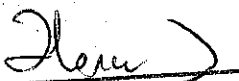


Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI Nº 12 , DE 03 DE ABRIL DE 2018

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 04/04/2018


1º Secretário

Autoriza a concessão mensal de auxílio-alimentação aos trabalhadores em educação básica do estado do Piauí e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei autoriza a concessão mensal de auxílio-alimentação, de natureza indenizatória, aos trabalhadores em educação básica do Estado do Piauí, nos meses de janeiro a abril de 2018.

Art. 2º O auxílio-alimentação será pago aos servidores ativos ocupantes de cargo efetivo do magistério e de apoio técnico e administrativo da educação básica do Estado do Piauí.

§ 1º O servidor fará jus ao auxílio-alimentação na proporção dos dias trabalhados, salvo na hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.

§ 2º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia e será pago diretamente ao servidor na folha de pagamento.

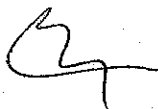
§ 3º Não haverá a concessão de auxílio alimentação a inativos, pensionistas, contratados temporariamente ou qualquer pessoa que não integre os quadros efetivos da Secretaria de Estado da Educação.

§ 4º Excepcionalmente, poderá ser concedido auxílio-alimentação nos afastamentos considerados como de efetivo serviço.

§ 5º O Poder Executivo fixará o valor do auxílio-alimentação, podendo concedê-lo além do período previsto no art. 1º, na forma de regulamento.

Art. 3º O auxílio-alimentação não será:

- I - incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;
- II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição previdenciária do servidor público;
- III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial **in natura**;
- IV - computado para a concessão de qualquer outra verba indenizatória ou remuneratória.





Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão custeadas por recursos próprios da Secretaria de Estado de Educação, suplementadas, se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para sua melhor aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de janeiro de 2018.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 03 de ABRIL de 2018.

Assinatura manuscrita em tinta preta, consistindo de uma letra 'G' estilizada seguida de uma linha horizontal e uma vertical.